



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



JUCEMG - SEDE
SEDE - BELO HORIZONTE



14/082.636-0

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31206688321

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: PLANO INFORMATICA LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J143500891229

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2003	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome:

Assinatura: requerimento anexo

Telefone de Contato:

MANHUACU
Local

16 Janeiro 2014
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

06/02/2014
Data
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Vogal



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5223287

EM 06/02/2014

#PLANO INFORMATICA LTDA - EPP#

PROTOCOLO: 14/082.636-0

OBSERVAÇÕES

Certifico que este documento da empresa PLANO INFORMATICA LTDA - EPP, Nire: 3120668832-1, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5223287 em 06/02/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/082.636-0 e o código de segurança 4GUf. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/02/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

PLANO INFORMATICA LTDA-EPP

DARCI FERREIRA DE MOURA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Bacharel em Ciências Contábeis, residente à Rua Benedito Von Randow, 37, Alfa Sul, Manhuaçu-MG, CEP 36.900-000, portador da C.I. nº 045642/0-1, CRC/MG, CPF nº 349.279.306-10 e **NELI RHODES MOURA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, Contadora, residente à Rua Benedito Von Randow, 37, Alfa Sul, Manhuaçu-MG, CEP 36.900-000, portadora da C.I. nº 069240/0-0, CRC/MG, CPF nº 737.073.686-53, únicos componentes da sociedade empresária limitada denominada **PLANO INFORMATICA LTDA-EPP**, registrada na JUCEMG sob nº 3120668832-1, em 27/02/2003, inscrita no CNPJ sob nº 23.366.974/0001-99, resolvem alterar e consolidar as cláusulas em vigor mencionadas no contrato e alterações posteriores, nos termos da Lei 10.406/2002, como segue:

ALTERAÇÕES:

1ª) - Permanece inalterado o Capital Social de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas unitárias de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizado em moeda corrente nacional:

2ª) - O sócio Darci Ferreira de Moura, sendo possuidor de 25.000 (vinte e cinco mil) cotas de capital, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), vende a **ANTONNY MATHEUS MOURA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido a 20/09/1992, graduando o curso de bacharel em ciências contábeis, residente à Rua Benedito Von Randow, 37, Alfa Sul, Manhuaçu-MG, CEP 36.900-000, portador da C.I. nº MG-15922306, SSP/MG, CPF nº 112.198.246-82, ora admitido como sócio, o total de 10.000 (dez mil) cotas, no total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ Primeiro – O sócio Darci Ferreira de Moura dá à sociedade e a seus sócios plena, geral e irrevogável quitação das cotas, ora vendidas.

§ Segundo - Em face da alteração acima, o Capital Social fica assim distribuído:

Neli Rhodes Moura	25.000 cotas	25.000,00
Darci Ferreira de Moura	15.000 cotas	15.000,00
Antonny Matheus Moura Silva	10.000 cotas	10.000,00
TOTAL	50.000 cotas	50.000,00

§ Terceiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

3ª) – A administração da sociedade passa a ser exercida cumulativamente pelos sócios **DARCI FERREIRA DE MOURA**, **NELI RHODES MOURA** e **ANTONNY MATHEUS MOURA SILVA**, com os poderes e atribuições de administração, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas aos interesses sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, respondendo pessoalmente o infrator pelos danos causados à sociedade.

4ª) – Os documentos sociais serão assinados, conjunta ou isoladamente, pelos administradores **DARCI FERREIRA DE MOURA**, **NELI RHODES MOURA** e **ANTONNY MATHEUS MOURA SILVA**, que terão o direito a uma retirada mensal, a título de pro labore,

Continua...

75
Schweira
3
5

Continuação.

que será fixado pela sociedade e registrado como despesa na escrituração contábil, ou ainda, optar pela distribuição de lucros, consoante o que estabelece a respeito a Legislação específica do Imposto de Renda.

5ª) – Doravante, os ramos de atividades passam a ser os seguintes:

- 6920601 – Atividades de Contabilidade;
- 8211300 – Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- 6202300 – Desenvolvimento e licenciamento de programa de computador customizáveis.

CONSOLIDAÇÃO:

1ª) - A sociedade continua com a denominação social de "**PLANO INFORMATICA LTDA-EPP**" e os seus ramos de atividade são os seguintes:

- 6920601 – Atividades de Contabilidade;
- 8211300 – Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- 6202300 – Desenvolvimento e licenciamento de programa de computador customizáveis.

2ª) – A sociedade, que iniciou suas atividades em 18/06/1987, continuará funcionando por tempo indeterminado na Rua Benedito Von Randow, 37, Alfa Sul, Manhuaçu-MG, CEP 36.900-000.

3ª) – O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas unitárias de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do país e subscrito da seguinte forma:

Neli Rhodes Moura	25.000 cotas	25.000,00
Darci Ferreira de Moura	15.000 cotas	15.000,00
Antonny Matheus Moura Silva	10.000 cotas	10.000,00
TOTAL	50.000 cotas	50.000,00

§ Único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

4ª) – A administração da sociedade é exercida cumulativamente pelos sócios **DARCI FERREIRA DE MOURA, NELI RHODES MOURA e ANTONNY MATHEUS MOURA SILVA**, com os poderes e atribuições de administração, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas aos interesses sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, respondendo pessoalmente o infrator pelos danos causados à sociedade.

5ª) – Os documentos sociais são assinados, conjunta ou isoladamente, pelos administradores **DARCI FERREIRA DE MOURA, NELI RHODES MOURA e ANTONNY MATHEUS MOURA SILVA**, que terão o direito a uma retirada mensal, a título de pro labore, que será fixado pela sociedade e registrado como despesa na escrituração contábil, ou ainda, optar pela distribuição de lucros, consoante o que estabelece a respeito a Legislação específica do Imposto de Renda.

6ª) – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência de compra formalizando, se realizado a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Continua...

Continuação.

76
Azeira
JUCEMG
4
5

§ Único – Contados noventa dias do recebimento da comunicação, e não havendo nenhuma manifestação escrita de encerramento das negociações para aquisição, fica o sócio liberado para oferecimento a terceiros das quotas de sua propriedade.

7ª) - Ocorrendo o falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, assumindo, no lugar do falecido ou interditado, os herdeiros legalmente designados.

8ª) – Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§ Único - Por deliberação dos sócios poderão ficar retidos os lucros apurados, para posterior distribuição ou aumento de capital, e, em conta pendente, eventuais prejuízos para que possam ser compensados com lucros futuros.

9ª) – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es), se for o caso.

10ª) - A sociedade entrará em liquidação nos termos previstos em Lei.

11ª) – O presente Contrato Social só será alterado com as assinaturas de todos os sócios.

12ª) – Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos público, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

13ª) - A sociedade não possui filiais, podendo abri-las, quando conveniente, em qualquer parte do país.

14ª) - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Novo Código Civil, Lei 10.406/2002, ficando eleito o foro desta comarca de Manhuaçu – MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto ao presente instrumento.

15ª) – Permanecem inalteradas as cláusulas do contrato de constituição e posteriores alterações que não foram, aqui, modificadas.

E por estarem justos e contratados firmam o presente instrumento, digitado em três vias, destinando-se a primeira à JUCEMG.

Manhuaçu - MG, 02 de Janeiro de 2014.

1º OFÍCIO MANHUAÇU

Darci Ferreira de Moura

1º OFÍCIO MANHUAÇU


Neli Rhodes Moura

1º OFÍCIO MANHUAÇU

Antony Matheus Moura Silva

77
Silveira

5223287

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5223287
EM 06/02/2014
#PLANO INFORMATICA LTDA - EPP
AG0962158 PROTOCOLO: 14/082.636-0


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

JUCENMG



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
RECONHEÇO POR SESSANTES E 17 ANOS de
DARCI FERREIRA DE MOURA, HELI RHODES MOURA, ANTONYI MATHIEUS MOURA SILVA
cuja(s) confor(m) com os dados registrados nesta serventia. D. A. A.
MANHUAQU, 10 de janeiro de 2014

RUA LUIZ CERQUEIRA 217 - SALA 105 -
(71) 3307334248

Escrevente Substituto

Jaqueline Silva de Souza - Escrevente Substituto

Certifico que este documento da empresa PLANO INFORMATICA LTDA - EPP, Nire: 3120668832-1, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5223287 em 06/02/2014. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe: Nº do protocolo 14/082.636-0 e o código de segurança 4GUF. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/02/2014 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

78
Miranda
5

ILMº SR.


PRESIDENTE DA JUCEMG

BELO HORIZONTE/MG

A empresa PLANO INFORMATICA LTDA EPP, através de seu representante legal DARCI FERREIRA DE MOURA, abaixo assinado, vem requerer o arquivamento de seus ATOS/EVENTOS descritos na respectiva Capa de Processos – modelo DNRC e/ou enquadramento como microempresa.

Manhuaçu - MG, 02 de Janeiro de 2014.

1º OFÍCIO
MANHUAÇU


Darci Ferreira de Moura

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço a firma de:

DARCI FERREIRA DE MOURA

RUA LUIZ DE MOURA 217 - SALA 105 -
(41) 96929817/0971 111

dou fe,
MANHUAÇU, 10 de janeiro de 2014

Eu testemunho da verdade

Valor: R\$ 5,11

Edmundo Feris Miranda - Escrevente Substituto





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

79
Silveira

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PLANO INFORMATICA LTDA
CNPJ: 23.366.974/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:13:38 do dia 23/02/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/08/2018.

Código de controle da certidão: 6F55.3F30.8660.3E96

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

(S)

Amorim
Silveira

23/02/2018 14:14



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:

07/03/2018

CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:

05/06/2018

NOME: PLANO INFORMATICA LTDA EPP

CNPJ/CPF: 23.366.974/0001-99

LOGRADOURO: BENEDITO VON RANDON

COMPLEMENTO: BAIRRO: ALFA SUL

DISTRITO/POVOADO: -- MUNICÍPIO: MANHUACU

NÚMERO: 37

CEP: 36900000

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

DESCRIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>

=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2018000256244549

27

Amorim
Silveira

81
Silveira



PREFEITURA DE
MANHUAÇU
Ouvir
para governar



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS
CERTIDÃO 20180000573

CERTIFICO: Para os devidos fins que:
PLANO INFORMATICA LTDA

Devidamente Inscrito sob o CNPJ nº: 23.366.974/0001-99

Constam disposto no Art. 206 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, que este documento tem os mesmos efeitos de Certidão Negativa expedida de acordo com o Art. 205 do referido código, por inexistirem em nome do contribuinte débitos na condição acima especificada. Ressalvando ainda o direito da Fazenda Municipal, de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte acima mencionado. O requerente se responsabiliza pela veracidade das informações prestadas.

Chave de validação da certidão: 20180000573

Validade 90 dias

Emitida Sexta-Feira, 2 de Fevereiro de 2018

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CLAUDINEI DOMINGUES LOPES
Secretário de Fazenda

SECRETARIA DA FAZENDA
DE MANHUAÇU

Praça Cordovil Pinto Coelho, 460 - Centro - Manhuaçu - Minas Gerais / Telefone (33) 3339-2700
www.manhuacu.gov.br

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 23366974/0001-99
Razão Social: PLANO INFORMATICA LTDA
Endereço: RUA BENEDITO VON RANDOW 37 / ALFA SUL / MANHUACU / MG / 36900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

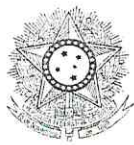
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/02/2018 a 25/03/2018

Certificação Número: 2018022404113901959402

Informação obtida em 06/03/2018, às 08:59:27.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1

84 Oliveira

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PLANO INFORMATICA LTDA - EPP

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 23.366.974/0001-99

Certidão nº: 137881770/2017

Expedição: 02/10/2017, às 09:43:02

Validade: 30/03/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PLANO INFORMATICA LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.366.974/0001-99**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



85
Silveira

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Coordenação-Geral de Recursos

CERTIDÃO DE DÉBITOS

NEGATIVA

EMPREGADOR: PLANO INFORMATICA LTDA (PLANO CONTABIL)

CNPJ: 23.366.974/0001-99

DATA E HORA DA EMISSÃO: 28/02/2018, às 12h48

CERTIFICA-SE, de acordo com às informações registradas no sistema CPMP (Controle de Processos de Multas e Recursos) que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 5º § único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço: <http://www.mte.gov.br/certidao/infracoes/debitos> utilizando o código 2JJ4n3.
5. Expedida com base na Portaria MTE nº 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.

Silveira



PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPIM

CNPJ 20.905.865/0001-04.
Praça Alaíde Quintela Soares, 115 - Centro - Telefone (0XX) 33 3315.1511
CEP: 35330-000 - INHAPIM - MINAS GERAIS

86
Adriana

ATESTADO

Pelo presente, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPIM/MG**, situada na Praça Alaíde Quintela, nº115, centro, inscrita no CNPJ: 20.905.865/0001-04, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. **HAMILTON CHAGAS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Inhapim - MG, portador da CI/RG nº. M1733108SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº. 385.970.476-15, **ATESTA** para fins de comprovação de Capacidade Técnica e experiência anterior que a empresa **PLANO INFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica—CNPJ, sob o n.º **23.366.974/0001-99**, presta serviços de locação de software e assessoria técnica in-loco em diversas áreas da administração pública municipal de INHAPIM-MG, nas áreas de Administração Tributária, Administração Orçamentária e Financeira, Atendimento ao Cidadão, Administração de Recursos Humanos, Compras e Controle de Recursos Patrimoniais e Materiais, Protocolo e Controle de Processos Administrativos, Controle Interno, desde 02/2013 a 12/2016, permanecendo como contratado até a presente data, sendo que os serviços sempre foram prestados de forma satisfatória, e em total conformidade com o contrato firmado para tal finalidade, com excelente padrão de qualidade em todos os atendimentos, inclusive no que se refere à geração e orientação técnica no envio de dados para o TCE-MG, por meio do SICOM

Por ser verdade, firmo o presente Atestado.

Inhapim/MG, 20 de dezembro de 2016.


HAMILTON CHAGAS FILHO
Prefeito do MUNICÍPIO DE INHAPIM

(N)

TABELIONATO VIANA TABELIONATO VIANA
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
AUTENTICAÇÃO
DECLARO SER AUTÊNTICA A PRESENTE
CÓPIA REPOGRAFICA FOU FE
Manhuaçu 07 MAR 2018 MG
Wellington Luiz Viana Tabelião
Mariza Ker Viana Escrevente Substituta
Emol R\$ 4,54 CRC R\$ 0,26 TFI R\$ 1,49 TOTAL R\$ 6,29
TABELIONATO VIANA TABELIONATO VIANA



Ampliação

Adriana



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
MANHUAÇU

87
Almeida

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: PLANO INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 23.366.974/0001-99

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, incluindo os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe e o Sistema CNJ (Ex-Projudi);

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 31 de Janeiro de 2018 às 09:50

(M)
Almeida

MANHUAÇU, 31 de Janeiro de 2018 às 09:50

Código de Autenticação: 1801-3109-5039-0084-0057

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Almeida

CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO/MG

PROCESSO Nº 002/2018
MODALIDADE: PREGÃO Nº 002/2018

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À HABILITAÇÃO

À


Câmara Municipal de Vermelho Novo

A/C: Pregoeiro

Prezado Senhor,

A empresa PLANO INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 23.366.974/0001-99, neste ato, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao disposto no referido Pregão Presencial, vem perante Vossa Senhoria **DECLARAR** que, não existem impedimentos à sua habilitação na presente licitação, ciente de que declaração falsa é crime legalmente previsto no Código Processo Civil Brasileiro.

Manhuaçu – MG, 07 de Março de 2018



Antony Matheus Moura Silva
Representante Legal
112.198.246-82

CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO/MG

PROCESSO Nº 002/2018
MODALIDADE: PREGÃO Nº 002/2018

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À

Câmara Municipal de Vermelho Novo

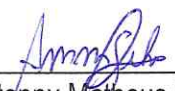
A/C: Pregoeiro

Prezado Senhor,

A empresa PLANO INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 23.366.974/0001-99, neste ato, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao disposto no referido Pregão Presencial e no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

Atenciosamente,

Manhuaçu – MG, 07 de Março de 2018



Antonny Matheus Moura Silva
Representante Legal
112.198.246-82


R. Benedito Von Rondon, 37 - Bairro Alfa Sul
Manhuaçu - MG - CEP 36.900-000
Telefax: (33) 3331 5150

89
Diveira

Diveira

CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO/MG

PROCESSO N° 002/2018
MODALIDADE: PREGÃO N° 002/2018

90
Oliveira

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

À

Câmara Municipal de Vermelho Novo


A/C: Pregoeiro

Prezado Senhor,

A empresa PLANO INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o N° 23.366.974/0001-99, neste ato, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao disposto no referido Pregão Presencial, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não possui entre seus sócios e nem em seu quadro de funcionários qualquer vínculo empregatício com o Legislativo Municipal de Vermelho Novo – MG e que não se enquadra em nenhum dos incisos do Art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/93, ciente de que declaração falsa é crime legalmente previsto no Código Processo Civil Brasileiro.

Atenciosamente,

Manhuaçu – MG, 07 de Março de 2018



Antony Matheus Moura Silva
Representante Legal
112.198.246-82

R. Benedito Von Rondon, 37 - Bairro Alfa Sul
Manhuaçu - MG - CEP 36.900-000
Telefax: (33) 3331 5150

Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

91 Oliveira

ATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

I – PROCESSO N.º: 002/2018.

II – OBJETO: prestação de serviços de locação de licenças de uso de softwares integrados de gestão pública nas áreas de Contabilidade Pública, Tesouraria, Controle Interno, Gestão de Materiais, Almoxarifado, Patrimônio, Licitações e Contratos, Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento destinados ao cumprimento das rotinas e planejamento do serviço público municipal, incluindo implantação, treinamento, atualização e suporte técnico "in loco", em conformidade com o anexo I do edital (projeto básico/termo de referência/memorial descritivo).

III – PREÂMBULO: No dia 12 de março de 2018, às 09h00min, reuniram-se na sala de licitações, situada a Rua Paulo Lopes, nº 201 – Centro – Vermelho Novo – MG, o pregoeiro e seu membro da equipe de apoio, o Senhor José Francisco Perázio Moreira e a Senhora Anna Sílvia de Oliveira, nomeados pela Portaria n.º 01/2018, para a abertura da Sessão Pública do Pregão em epígrafe. Aberta a sessão e em ato contínuo, procedeu-se o exame dos documentos oferecidos pelos licitantes presentes, visando a comprovação da existência poderes para formulação de propostas e prática dos demais atos pertinentes ao certame. Apresentado os documentos exigidos para o certame, o credenciamento foi efetuado na seguinte ordem:

PROPONENTE / CNPJ	REPRESENTANTE / IDENTIFICAÇÃO
PLANO INFORMÁTICA LTDA CNPJ N.º 23.366.974/0001-99	ANTONNY MATHEUS MOURA SILVA – Representante Credenciado

Em seguida foi recebida a declaração da licitante de que atende plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no edital, e os envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação regularmente exigidos, sendo estes devidamente conferidos, analisados e rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e presente.

IV – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ESCRITA: Ato contínuo foi aberto o envelope contendo a proposta comercial e com a colaboração do membro da equipe de apoio, o Senhor pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de execução, com aqueles definidos no edital. A proposta atendia às exigências do edital, sendo efetuada sua classificação provisória para julgamento posterior.

V – LANCES E CLASSIFICAÇÕES: Dando continuidade ao certame, o pregoeiro negociou diretamente com a licitante o objeto do edital conforme mapa de apuração em anexo que é parte integrante desta ata.

VI – NEGOCIAÇÃO / ACEITABILIDADE DO PREÇO: Analisados os preços obtidos, o pregoeiro considerou que estes estão dentro da média praticada, conforme orçamento juntado ao processo.

VII – HABILITAÇÃO: Aberto o envelope correspondente à habilitação da licitante e analisados os documentos apresentados, foram verificados os atendimentos legais aos requisitos estabelecidos no edital. À vista da habilitação, foi declarada vencedora a empresa licitante: PLANO INFORMÁTICA LTDA. Os documentos de habilitação juntamente com a proposta foram examinados, conferidos e rubricados pelo pregoeiro, membros da equipe de apoio e presente, sendo colocados à disposição do licitante para exames e rubricas.

VIII – RECURSOS: Consultada pelo pregoeiro sobre a intenção de apresentar recursos imediatos e motivado, a licitante declinou, acarretando decadência no direito.

IX – ADJUDICAÇÃO: Não havendo recurso apresentado, o pregoeiro adjudicou o objeto do certame (continua)

Oliveira
Amorim
Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

92.
Sílvia

(PAC 002/2018 – Continuação)

de acordo com o apurado pelo Mapa de Julgamento, considerando a necessidade permanente deste Legislativo de adquirir a prestação de serviços de locação de licenças de uso de softwares integrados de gestão pública nas áreas de Contabilidade Pública, Tesouraria, Controle Interno, Gestão de Materiais, Almoxarifado, Patrimônio, Licitações e Contratos, Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento destinados ao cumprimento das rotinas e planejamento do serviço público municipal, incluindo implantação, treinamento, atualização e suporte técnico "in loco", em conformidade com o anexo I do edital (projeto básico/termo de referência/memorial descritivo).

X – ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, às 10h17min, foi encerrada a sessão cuja presente ata vai rubricada e assinada pelo pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio, pelos representantes e presentes, ao final relacionados. Vermelho Novo – MG, 12 de março de 2018.

José Francisco Perázio Moreira
Pregoeiro Oficial

Anna Sílvia de Oliveira
Membro de Apoio

PROPONENTE / CNPJ	REPRESENTANTE / IDENTIFICAÇÃO	ASSINATURA
PLANO INFORMÁTICA LTDA CNPJ N.º 23.366.974/0001-99	ANTONNY MATHEUS MOURA SILVA – Representante Credenciado	

MUNICÍPIO DE VERMELHO NOVO
CAMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO
Sistema de Apuração de Pregão

001/001

MAPA DE APURAÇÃO ANALÍTICO
PROPOSTAS E LANCES POR ITEM - MENOR VALOR

PROCESSO: PAC 00002-2018

LICIT.: PP 00002-2018

DATA DE ABERTURA: 12/03/2018

93 Oliveira

Nº ITEM: 001 Cód. ITEM: 025580 ITEM: LOCAÇÃO DE SOFTWARE ADMINIST

QTD.: 10.0000

UN.: SV

VENCEDOR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
33 - PLANO INFORMATICA LTDA	1.450,0000	14.500,00

PROPOSTAS

CLASSIF.	PARTICIPANTE	STATUS	MARCA/MODELO	ÍNDICE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1º	PLANO INFORMATICA LTDA	MENOR VALOR		0.00%	1.490,00	14.900,00

LANCES

Nº	CLASSIF.	PARTICIPANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	% ECONOMIA	SEM LANÇE?
1	1º	PLANO INFORMATICA LTDA	1.450,0000	14.500,00	2.68%	Não
2	1º	PLANO INFORMATICA LTDA	0,0000	0,00	0.00%	Sim

Pregoeiro e Equipe de Apoio



JOSE FRANCISCO PERAZIO MOREIRA

Pregoeiro(a) Oficial



ANNA SILVIA DE OLIVEIRA

NÃO PARTICIPOU

FABIANA ELIAS DA SILVA ANDRADE





CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

94 -
Assessoria

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 002/2018

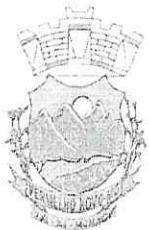
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

TERMO DE ENCAMINHAMENTO À ASSESSORIA JURIDICA

Cumprida as formalidades legais e atendendo à legislação vigente, encaminho o presente processo à Assessoria Jurídica para que se manifeste formalmente acerca dos autos.

Vermelho Novo – MG, 12 de março de 2018.

José Francisco Perázio Moreira
Pregoeiro oficial



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativovermelhonovo@hotmail.com

PARECER JURÍDICO


PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018

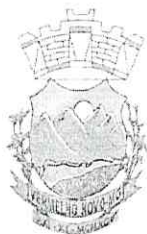
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

EMENTA: PARECER FINAL DE LICITAÇÃO.
APROVAÇÃO. LEGALIDADE DO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Vermelho Novo/MG requereu parecer referente á legalidade do Pregão Presencial 002/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de licenças de uso de softwares integrados de gestão pública nas áreas de Contabilidade Pública, Tesouraria, Controle Interno, Gestão de Materiais, Almoxarifado, Patrimônio, Licitações e Contratos, Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento destinado ao cumprimento das rotinas e planejamento do serviço público municipal, incluindo implantação, treinamento, atualização e suporte técnico "in loco", conforme solicitação.

1. Inicialmente, se faz necessário uma análise quanto ao ato da publicidade do procedimento licitatório, verifica-se que ocorreu devidamente publicado conforme consta nos autos, tem-se extrato o publicado no átrio da Câmara Municipal e extrato publicado em jornal de circulação local e regional fls.58/60, fazendo assim cumprir as exigências da Lei do pregão.


MAYCON JOSÉ VENTURA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/MG 160763
VERMELHO NOVO-MG



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativovermelhonovo@hotmail.com

Salienta, ainda, que entre a publicação e a realização do evento fora observado o prazo mínimo de 08 dias úteis (art.4, inciso V, Lei 10.520/02), satisfazendo a exigência legal.

2. Ademais, requisitos essenciais já foram cumpridos e analisados no parecer jurídico anterior, tais como: autorização do gestor para início do procedimento; planilha orçamentária; previsão de recursos orçamentários; edital de licitação; minuta de contrato; termo de referência, designação de pregoeiro e equipe de apoio.

3. Além disso, a ata de julgamento demonstra toda a lisura praticada no procedimento, indicando, ao fim, pelo pregoeiro a proposta vencedora.

4. Sendo assim, o processo licitatório cumpriu as formalidades legais, não se vislumbrando vício no mesmo. A licitação ocorreu conforme determina a legislação, em especial as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

Portanto, esta Assessoria Jurídica entende por bem, que a Câmara Municipal de Vermelho Novo/MG, assine os termos de homologação e efetue a contratação do licitante vencedor.

É o parecer.

S.M.J.

Vermelho Novo, 13 de fevereiro de 2018.


MAYCON JOSÉ VENTURA

OAB/MG 160.763



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 002/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE

Encaminho para apreciação, os autos do presente certame contendo todas as peças apresentadas junto à Comissão de Licitação para manifestação de V. Exma.

Vermelho Novo – MG, 14 de março de 2018.

José Francisco Perázio Moreira
Pregoeiro Oficial



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 002/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando o disposto na legislação vigente e analisadas as peças integrantes deste processo, homologo seu objeto à(s) empresa(s) pela execução plena e integral do objeto demandado nesta licitação, conforme planilha abaixo:

EMPRESA / CNPJ	VALOR (R\$)
PLANO INFORMÁTICA LTDA CNPJ N.º 23.366.974/0001-99	14.500,00
TOTAL GERAL (R\$)	14.500,00

Determino ainda a adoção de medidas cabíveis para a contratação.

Publique-se e junte-se aos autos.

Vermelho Novo – MG, 15 de março de 2018.

Maria Aparecida Santos Luiz Lopes
Vereadora-Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

DESPACHO DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 002/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

CERTIDÃO

Atendendo determinação legal, certifico para os devidos fins de direito que o extrato do ATO DE HOMOLOGAÇÃO deste certame foi publicado no lugar de costume, em estrito atendimento aos requisitos legais vigentes, em especial à Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Orgânica Municipal.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente para que se produza seus legais e legítimos efeitos.

Vermelho Novo – MG, 16 de março de 2018.

José Francisco Perázio Moreira
Pregoeiro Oficial



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2018.
UNIDADE REQUISITANTE: Gabinete da Presidência
PROCESSO Nº 002/2018 **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
DE VERMELHO NOVO E A EMPRESA PLANO
INFORMÁTICA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES:

1.1 – CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 02.274.604/0001-51, com sede e administração à Rua Paulo Lopes, nº 106 – Centro – Vermelho Novo – MG, CEP 35.359-000, inscrita no CNPJ 02.274.604/0001-51, neste ato representado pela Vereadora-Presidente, Senhora Maria Aparecida Santos Luiz Lopes brasileira, casada, agente político, portadora do RG MG-21.957.864 SSP/MG e do CPF nº 304.538.793-49, residente e domiciliada à Rua Cândido Gonçalves - 21 – Centro - Vermelho Novo-MG, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PLANO INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 23.366.974/0001-99, com sede e administração à Rua Benedito Von Randow, 37, Bairro Alfa Sul, Manhuaçu/MG, neste ato representada pela senhora Neli Rhodes Moura, portadora do RG. nº MG-5.944.488 e do CPF nº 737.073.686-53, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, oriundo do Pregão Presencial nº 002/2018, submetendo-se as partes às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, legislação complementar em vigor e ainda mediante cláusulas e condições abaixo estabelecidas, que mutuamente aceitam e outorgam para serem fielmente cumpridas na forma como se segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1 – O presente instrumento tem por objetivo Prestação de serviços de locação de licenças de uso de softwares integrados de gestão pública nas áreas de Contabilidade Pública, Tesouraria, Controle Interno, Gestão de Materiais, Almoxarifado, Patrimônio, Licitações e Contratos, Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento destinados ao cumprimento das rotinas e planejamento do serviço público municipal, incluindo implantação, treinamento, atualização e suporte técnico “in loco”, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1 – O presente contrato terá sua vigência válida pelo período compreendido entre 15 de março de 2018 e terminando em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 – A execução do objeto deste contrato será mediante ordem de fornecimento, emitida pelo departamento de compras, devendo a CONTRATADA providenciar a respectiva execução em até dois dias úteis a contar de seu recebimento, sem nenhum custo para o Legislativo Municipal;

4.2 - A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo Legislativo Municipal, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto;

4.3 - A CONTRATADA, se compromete a manter junto à Câmara de Vermelho Novo, todas as condições de habilitação apresentadas no PAC nº 002/2018, na forma do Inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;

4.4 - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc;

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

4.5 - O presente instrumento de contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação com terceiros, sem autorização prévia do Legislativo Municipal por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:

5.1 - O valor global do presente contrato está fixado em R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais) divididos em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais), estimativamente;

5.2 - As faturas serão emitidas em reais;

5.3 - O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Vermelho Novo de acordo com a efetiva execução por parte da contratada, em conferência com as suas solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até o dia 20 do mês subsequente ao vencido;

5.4 - O pagamento à licitante somente será realizado mediante o efetivo fornecimento dos serviços, nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pela secretaria solicitante;

5.5 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida, pela CONTRATADA, em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no subitem 5.3 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

5.6 - O pagamento devido pelo Legislativo Municipal será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

5.7 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato ou equivalente;

5.8 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao Legislativo Municipal plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

6.1 – Os recursos financeiros para o pagamento desta despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias: 0102.0103100015.001.339039 - Ficha n.º 15

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

7.1 – Este contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas unilateralmente pela administração ou por comum acordo entre as partes nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.2 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar na mesma condição deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para execução do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.3 – O presente contrato poderá ser prorrogado a critério exclusivo da administração, nos termos do Inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 mediante justificativa fundamentada da autoridade competente reduzida a termo nos autos.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

8.1 - O Legislativo Municipal e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico / financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica, devidamente fundamentados, do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral;



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

8.2 - Os preços registrados poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do compromisso com base na variação trimestral do INPC (FGV). Entretanto, esta variação será calculada apenas depois da assinatura deste contrato;

8.3 - Quando não for possível o reequilíbrio do contrato através do índice descrito no item anterior, comprovação de perdas será efetuada mediante apresentação de Nota Fiscal de entrada à época da licitação e Nota Fiscal à época do pedido, apurando-se o percentual variado.

CLÁUSULA NONA – DA AGREGAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO:

9.1 – Independente de transcrição, fica fazendo parte integrante deste contrato, como se nele estivesse transcrito todo o processo licitatório que lhe deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

10.1 – O contrato deverá ser fielmente executado pelas partes pactuadas nas hipóteses previstas pelos artigos 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.2 – O Legislativo Municipal poderá a qualquer tempo promover análises no objeto adquirido, devendo a CONTRATADA favorecer tal análise sob pena de lhe ser aplicada às penalidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93;

10.3 – Após análise, caso seja apontada alguma alteração no objeto, este fato será formalmente comunicado à CONTRATADA, que será obrigada a promover os ajustes e recomendações necessárias, dentro de prazo a ser estipulado pelo Legislativo Municipal. Caso as alterações acarrete danos a qualquer veículo do Legislativo Municipal, a CONTRATADA ressarcirá integralmente pelos danos causados;

10.5 – O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo exigir da CONTRATADA o certificado, emitido pelo órgão técnico competente de qualidade dos materiais adquiridos, quando for o caso;

10.6 – Sobre os preços ora contratados estão contabilizados todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, na forma prevista pelo art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES E INEXECUÇÃO:

11.1 – O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades de advertência, multa de até 50% (cinquenta) por cento do valor global deste instrumento, suspensão no direito de licitar e contratar com o Legislativo Municipal, bem como à declaração de inidoneidade, conforme previstos na Lei Federal nº 8.666/93, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceito pela administração;

11.2 – O atraso injustificado da CONTRATADA, para efetuar o fornecimento dos serviços ora contratados, sujeitá-la-á à multa de mora no valor de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia excedente, sobre o valor global do contrato;

11.3 – Na hipótese da CONTRATADA descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita ainda, a juízo do CONTRATANTE, às sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.4 – A inexecução total ou parcial de uma das cláusulas do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as consequências previstas nos art. 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 87 da mesma lei;

8.5 – O atraso injustificado na execução do contrato (art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93) acarretará em penalidades para a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

12.1 – A rescisão contratual poderá ser:

12.1.1 – Determinada por ato unilateral e devidamente fundamentado pela administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;



CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Paulo Lopes - 106 - Centro - Vermelho Novo - MG Cep: 35.359-000

Telefax 33 3351 8100

E-mail: poderlegislativo2011@live.com

12.1.2 – Amigável, por acordo entre as partes, mediante comunicação formal e prévia à CONTRATADA, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias e autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente, desde que haja conveniência para administração;

12.2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela administração, com as consequências previstas no item 11.4, deste contrato;

12.3 – Constituem motivos para rescisão, o previsto no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.4 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

12.5 – A rescisão contratual pelos motivos previstos no inciso I do art. 78 acarretará todas as consequências previstas no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE:

13.1 – Extrato do presente instrumento deverá ser publicado no lugar de costume da Câmara Municipal de Vermelho Novo, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Raul Soares – MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Vermelho Novo – MG, 15 de março de 2018.


CÂMARA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO
CONTRATANTE


PLANO INFORMÁTICA LTDA
CONTRATADA

1ª Testemunha: _____, ID _____

2ª Testemunha: _____, ID _____